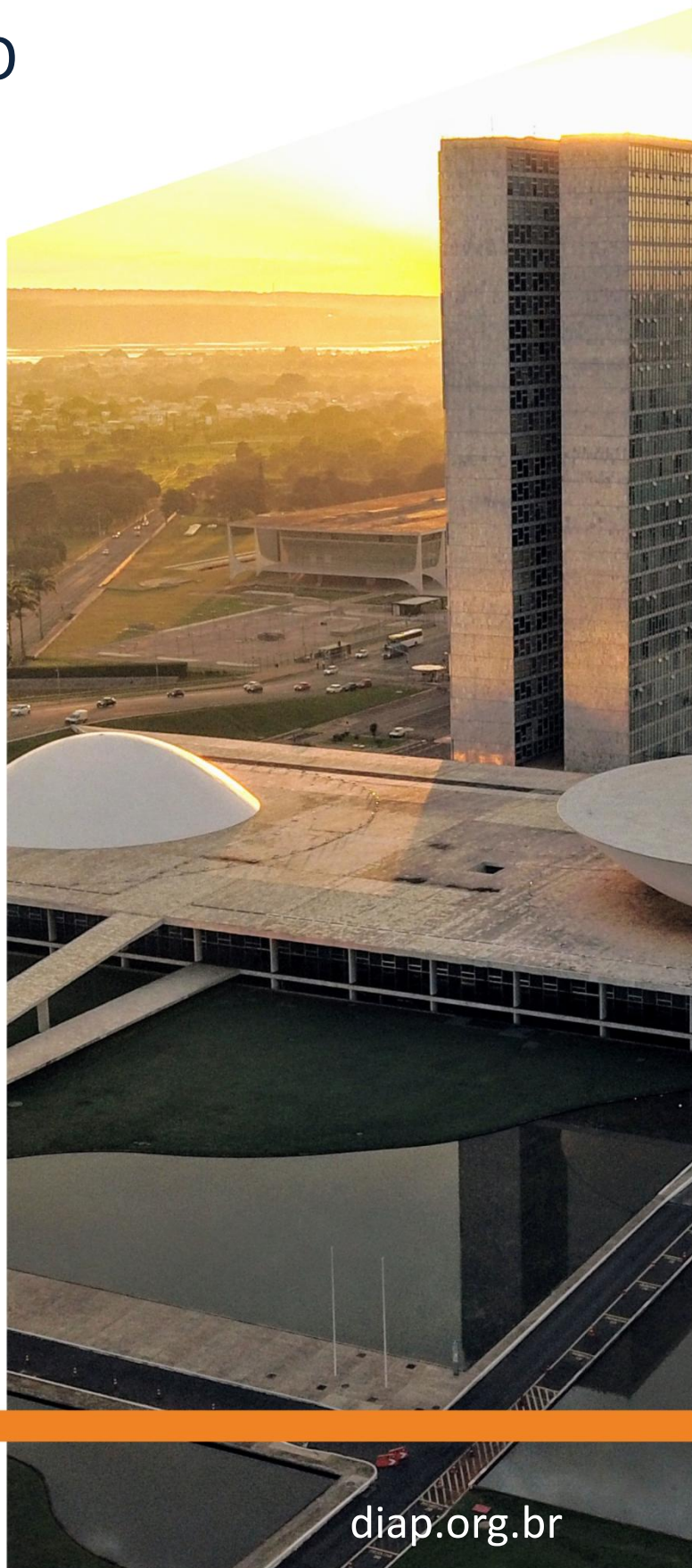


NOVEMBRO 2025 | Ano 1/Nº 4

PODER LEGISLATIVO

AGENDA DO CONGRESSO NACIONAL



diap.org.br

Trabalho em aplicativo e fim da escala 6x1 podem ter parecer na semana

A semana pode contar com apresentação do parecer do relator sobre o trabalho em aplicativo, e subcomissão do fim da escala 6x1 pode ter parecer sobre o tema na quarta-feira.

A Comissão Especial que analisa o PLP 152/2025, que trata dos trabalhadores em aplicativos, pode ter seu relatório nesta semana. O relator, deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS-PE), assim como o presidente do colegiado, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), haviam declarado a possibilidade de apreciar a matéria ainda em novembro.

A comissão já realizou uma série de audiências públicas com dirigentes sindicais e de associações que representam os trabalhadores e as empresas de aplicativos. Também contaram com a colaboração de especialistas e pesquisadores que atuam no setor e colaboraram para o debate da regulamentação. A comissão não oficializou a agenda desta semana, mas há possibilidade de apresentação e possível análise do parecer para esta semana.

Segurança

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB), convocou o relator da PEC 18/2025, deputado Mendonça Filho (UNIÃO-PE), para apresentar os principais pontos do seu relatório para os líderes da Casa nesta terça-feira (02).

A matéria ainda está em tramitação no colegiado e aguarda deliberação na Comissão Especial. Havendo consenso dos líderes com o texto apresentado pelo relator, a comissão pode deliberar a matéria na quinta e ficar pendente apenas a votação no plenário da Casa.

Para aprovação da proposta de Emenda à Constituição em plenário são necessários 308 votos em dois turnos.

Senado

Os senadores podem votar nesta semana o PL 1791/2019, que altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização.

O objetivo da proposta é garantir que os funcionários concursados que foram demitidos sem justa causa com a privatização da empresa possam ser reaproveitados em outras empresas públicas ou de economia mista federais.



EXPEDIENTE

Diretor Técnico

Ulisses Riedel de Resende

Diretor de Documentação

Neuriberg Dias do Rêgo

Diretor de Documentação Adjunto

André Luís dos Santos

Consultor Técnico

Antônio Augusto de Queiroz

Assessoria Parlamentar e Administração

Iva Cristina Pereira de Sant'Ana

Assistente Legislativa

Maria Cláudia Noronha Gonsalves

Consultor

Marcos Verlaine da Silva Pinto

Jornalista responsável

Wanúbia Lima | MTB 9585 - DF

Projeto Gráfico

Adroaldo Castro



TRABALHO

Jornada de trabalho

Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6 X 1 (CTRAB/SUBJORNA), realiza nesta segunda-feira (01), às 14h, na Universidade Católica de Pernambuco. Entre os convidados o Padre Pedro Rubens Ferreira Oliveira, reitor da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP; Rinaldo Júnior, vereador de Recife; Luiz Gustavo de Pádua Walfrido, presidente da UGT/PE - União Geral dos Trabalhadores; Aldo Amaral de Araújo, presidente do SINTEPAV/PE (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no Estado de Pernambuco e construção pesada; Maurício Laranjeira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEP e Jullyane Vasconcelos das Chagas, representante da FECOMÉRCIO/PE.

Apresentação de relatório

Na quarta-feira (03), o relator, deputado Luiz Gastão (PSD-CE) pode apresentar seu parecer sobre a proposta para ser apreciado na Subcomissão da Escala 6x1. A reunião para apresentação do parecer está agendada para às 9h no plenário 12 do anexo II da Câmara.

Precarização de trabalho no Banco do Brasil

A Comissão de Trabalho realiza nesta segunda-feira (01), audiência pública para debater sobre a precarização das condições de trabalho no Banco do Brasil. De iniciativa da deputada Erika Kokay (PT-DF), entre os convidados estão Rodrigo Lopes Britto, presidente da Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte - Fetec-CUT/CN; Eduardo Araújo de Souza, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília e Juvândia Moreira; presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT - Contraf – CUT. A reunião será no plenário 12 do anexo II da Câmara dos Deputados.

SAÚDE

Saúde mental dos trabalhadores da saúde

A Comissão de Saúde realiza nesta segunda-feira (01), seminário para debater a “Saúde Mental de Trabalhadores da Saúde de Santa Catarina”. A atividade será na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) com início às 8h.

De iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT-SC), o evento tem como objetivo debater sobre a saúde mental das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde de Santa Catarina, fomentando políticas públicas eficazes e garantindo-lhes ambientes de trabalho mais humanos e saudáveis.

A primeira palestra será sobre “Cuidar de quem cuida” estratégias de prevenção, acolhimento e promoção da saúde mental das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde com Fernanda Magano, presidenta do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Reforma Administrativa

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realiza nesta segunda-feira (01), dois seminários sobre reforma administrativa. Primeiro será na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul (RS), de iniciativa da deputada Denise Pessoa (PT-RS). O outro evento será na sede do Sindserv de Santo André, localizada na Rua Catequese, 756 e de iniciativa da deputada Professora Luciane Cavalcante (Psol-SP). Os dois eventos terão início às 19h.

Teletrabalho no Serviço Público

Na terça-feira (02), o colegiado realiza audiência para debater a “Regulamentação do Teletrabalho no Serviço Público”. A iniciativa é da deputada Erika Kokay (PT-DF). Entre os convidados Gabriela Perfeito, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sindtamaraty); Epitácio da Silva Ribeiro, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL); João Domingos, presidente da Confederação dos Servidores do Brasil (CSPB); Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações de Trabalho Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre outros. O evento será no plenário 8 do anexo II da Casa às 10h.

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Criação de cargos no TST

A Comissão de Finanças e Tributação pode votar nesta semana o PL 7927/2014, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. O relator, deputado Florentino Neto (PT-PI) apresentou seu parecer pela compatibilidade financeira da matéria.

Programa de Alimentação para trabalhador da construção Civil

Outra matéria em pauta é o PL 2134/2003 que institui o Programa de Alimentação para os trabalhadores da Construção Civil. De autoria do deputado Vicentinho (PT-SP), a matéria tem como relator a deputada Ana Pimentel (PT-MG). O colegiado se reúne no plenário 4 às 10h.



CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Trabalhador essencial de limpeza urbana

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados pode votar o PL 4146/2020, que regulamenta a profissão de Trabalhador essencial de limpeza urbana. A matéria tem como **relator o deputado** Leur Lomanto Júnior (UNIÃO-BA) e seu parecer é pela constitucionalidade da matéria.

Técnico de imobilizações ortopédicas

A comissão pode votar também o PL 2194/2019 que regulamenta o exercício da profissão de técnico de imobilizações ortopédicas. De autoria do deputado André de Paula (PSD-PE), o projeto conta com o parecer pela constitucionalidade do deputado Fausto Pinato (PP-SP). A comissão se reúne nesta quarta-feira (03), às 11h no plenário 1 do anexo II da Casa.

Piso salarial da educação básica

Nesta quinta-feira (04) a comissão realiza audiência para debater sobre PL 2531/21 e 3817/20 que tratam do Piso salarial da educação básica. A reunião está prevista para às 10h no plenário 1 do anexo II da Casa e tem como convidados o ministro da Educação Camilo Santana, Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM. Entre outros.

COMISSÃO DE CULTURA

Construindo uma regulamentação para os trabalhadores da cultura

Nesta quarta-feira (03), às 13h30, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados realiza reunião deliberativa no anexo II do plenário 10 da Casa. O objetivo é avançar na construção de diretrizes que garantam melhores condições de trabalho, proteção social e segurança jurídica para artistas, técnicos e demais profissionais da cultura em todo o país.

Trabalhadores em cultura

Já na pauta deliberativa da comissão, os deputados podem votar o requerimento 57/2025, que solicita a realização de audiência pública para discutir a regulamentação das atividades dos trabalhadores da cultura, visando assegurar maior proteção social ao setor.

Ainda na pauta, o PL 443/2025, que propõe o “Programa Desenrola Cultura”, destinado à renegociação de dívidas de profissionais e trabalhadores culturais.



*CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA***Acumulação remunerada de cargo de professor**

A comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania do Senado Federal pode votar a PEC 169/ 2019 que altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA). O colegiado se reúne no anexo II da ala senador Alexandre Costa no plenário 3 da Casa às 9h.

*ASSUNTOS SOCIAIS***Licença paternidade**

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado pode apreciar o PL 5811/2025, que dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008. A relatora é a senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) que ainda não apresentou parecer sobre a matéria. O colegiado se reúne nesta quarta-feira (03), às 9h no anexo II da ala senador Alexandre Costa no plenário 9.

*DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DO SENADO FEDERAL***Prorrogação do seguro-desemprego entra em análise na CDH**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza reunião deliberativa e na pauta, a Sugestão Legislativa 17/2020, que propõe a prorrogação do pagamento de parcelas do seguro-desemprego para trabalhadores em situação de vulnerabilidade econômica.

A proposta tem como finalidade ampliar a proteção social diante de cenários de desemprego prolongado, garantindo suporte financeiro adicional aos beneficiários do programa. A análise da SUG 17/2020 também busca contribuir para a construção de estratégias de enfrentamento ao desemprego e para o fortalecimento de políticas públicas de amparo ao trabalhador. A reunião será nesta quarta-feira (03) às 11h, no anexo II da ala Senador Nilo Coelho no plenário 2 da Casa.

